



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade.

LEI COMPLEMENTAR Nº 418

Projeto de Lei Complementar nº 28/03
de autoria do
Vereador Alfredo Moura

Altera a redação de dispositivos da
Lei nº 1745/77 – Código Tributário do
Município.
Proc. nº 26129/97

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Passam a ter a seguinte redação os seguintes dispositivos da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977:

I – Art. 91, acrescido de parágrafo único

“Art. 91 – A venda, cessão ou transferência de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou produtor não poderá efetuar-se sem que conste do título a apresentação da certidão negativa de tributos municipais a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou quem quer que os tenha recebido em transferência.

Parágrafo único – Para os casos em que a venda, cessão ou transferência seja parcial, de cotas da sociedade, poderá ser dispensada a apresentação da certidão negativa de que trata o art. 88 desta Lei.”

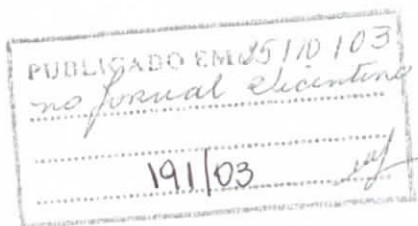
II – Art. 98, *caput* e § 1º

“Art. 98 – As multas serão cumulativas, observando-se o disposto no art. 12, § 3º desta Lei.

§ 1º - As multas serão aplicadas em dobro na reincidência da infração.”

III – Art. 103, *caput*

“Art. 103 – Os contribuintes que não estiverem inscritos na repartição competente ou que estiverem em débito com relação aos tributos e penalidades devidas ao Município, não poderão:”



República Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Célula Mater da Nacionalidade*

Lei Complementar Nº 43

11.02

Art. 235, caput

"Art. 235 - As taxas de licença tem como fato gerador o exercício regular ou em potencial do poder de polícia administrativa no município."

Art. 239, caput, acrescido de §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º

"Art. 239 - O contribuinte é obrigado a inscrever cada um dos seus estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços na repartição fiscal competente."

§ 1º - A inscrição de estabelecimento é feita pela indicação de um ou mais elementos, dentre os seguintes:

I - manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução da atividade econômica;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários e outros;

IV - indicação como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais e municipais;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, ainda que itinerante, de forma definitiva ou temporal, para exploração de atividade econômica, comercial, industrial ou prestadora de serviços, constatada por agente fiscal ou exteriorizada através da inscrição no exercício em impressos ou formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade."

§ 2º - A inscrição será feita em formulário próprio, no qual o sujeito passivo declarará, sob sua inteira responsabilidade, todos os elementos exigidos pela repartição fiscal.

Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Célula Mãe da Nacionalidade*

Lei Complementar nº 112 de 2010

11.03

§ 3º - Como complemento dos dados para inscrição, o sujeito passivo é obrigado a anexar ao formulário a documentação exigida e a fornecer por escrito ou verbalmente, a critério do fisco, quaisquer informações que forem solicitadas.

§ 4º - A inscrição poderá ser transferida a pedido do sujeito passivo, em formulário próprio, ou a pedido do agente fiscal, se constatado necessário.

§ 5º - Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo será considerado o tipo de atividade a ser exercida."

Art. 245. §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º

"Art. 245 - ...

§ 1º - Para os casos em que a documentação exigida nos termos do art. 239 desta Lei não for apresentada na sua totalidade, será preenchido Termo de Vistoria pelo agente fiscal e concedida licença para localização e funcionamento a título precário, para o exercício em caráter que proporcione o início das atividades pelo requerente.

§ 2º - Deverá o requerente recolher em valor proporcional ao período, as taxas devidas, de acordo com a tabela de atividades constante do art. 250, entendidas conforme disposto no art. 244, inciso II.

§ 3º - Emitida a Licença para Localização e Funcionamento a título precário e a guia para recolhimento das respectivas taxas, o processo para inclusão no cadastro fiscal do município deverá ser enviado ao órgão municipal de Vigilância Sanitária, para as atividades que estão sujeitas ao controle sanitário dentro do município.

§ 4º - Estando completa a documentação exigida e após aprovação pelo órgão municipal de Vigilância Sanitária, nos casos necessários, será emitida Licença para Localização e Funcionamento definitiva.

Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Célula Mater da Nacionalidade*

Lei Complementar nº 247 de 2003

1101

§ 5º - Findo o exercício fiscal e comprovando o requerente a impossibilidade de apresentar a documentação pendente, deverá solicitar renovação da autorização a título precário."

VII - Art. 247 - acrescido dos incisos I a III

"Art. 247 - A Licença para Localização e Funcionamento, definitiva ou provisória, poderá ser cassada e fechado o estabelecimento a qualquer tempo:

I - desde que passe a inexistir qualquer das condições que legitimaram a sua concessão;

II - quando o responsável pelo estabelecimento, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as intimações expedidas pelos órgãos competentes da Prefeitura;

III - a pedido do órgão de Vigilância Sanitária do município, pelo não-atendimento às intimações para regularização do estabelecimento."

VIII - Art. 252, *caput*

"Art. 252 - Nos casos do artigo anterior, o pagamento da taxa poderá ser efetuado de uma só vez, ou em prestações mensais, despidido o máximo de 12 (doze) parcelas."

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria,
Célula Mater da Nacionalidade, em 24 de outubro de 2003.

FRANCISCO FRANÇA
Prefeito Municipal